

MEMÓRIA E MEMÓRIA HISTÓRICA: CATEGORIAS PARA A REFLEXÃO SOBRE O SABER HISTÓRICO ESCOLAR

MEMORIA Y MEMORIA HISTÓRICA: CATEGORÍAS PARA REFLEXIÓN SOBRE EL SABER HISTÓRICO DE LA ESCUELA

Polliana Moreno dos Santos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Pollisan1@yahoo.com.br

Resumo

Neste trabalho pretendemos, em linhas gerais, apresentar o debate teórico suscitado a partir de uma pesquisa sobre o Saber Histórico Escolar e a emergência de categorias como a Memória na sua relação com a História, que por sua vez remete-nos pensar a Memória Histórica. Para tanto, apresentamos na primeira parte do artigo a trajetória teórica do Campo da Memória, desde os clássicos até autores mais contemporâneos. Na segunda parte problematizamos a polêmica relação História e Memória, com autores que apontam os pontos de aproximação e distanciamento entre tais conceitos. Na terceira parte apresentaremos uma discussão sobre a memória histórica associando-a ao saber histórico escolar.

Palavras-chave: Memória. História. Memória histórica. Saber histórico escolar.

Resumen

En este trabajo proponemos, en líneas generales, presentar el debate teórico generado a partir de una investigación sobre el Saber Histórico de la Escuela y la emergencia de categorías tales como la memoria en su relación con la Historia, que a su vez nos remite a pensar la memoria histórica. Para eso, presentamos en la primera parte del

artículo la trayectoria teórica del campo de la Memoria, desde los clásicos hasta autores más contemporáneos. En la segunda parte cuestionamos la controversia relación Historia y Memoria, con autores que apuntan los puntos de aproximación y distanciamiento entre tales conceptos. En la tercera parte se presenta una discusión acerca de la memoria histórica asociándola al saber histórico de la escuela.

Palabras-clave: Memoria. Historia. Memoria histórica. Saber histórico en la escuela.

1. Introdução: uma revisita ao Campo da Memória

A preocupação com a memória é muito antiga e remete, inicialmente, à nossa forma de conhecer, ou seja, à teoria do conhecimento. Isso é válido tanto para os saberes práticos, acumulados historicamente, como para a maneira que se transmite esses saberes, ou seja, a apropriação da linguagem, as regras de moralidade, a estruturação do psíquico, os *aprior*es cognitivos, enfim, nossa disposição para ensinar e aprender. Portanto, a memória permeia a organização da vida em sociedade, a transferência de conhecimentos, a formação das identidades, as permanências, as mudanças, os conflitos entre os grupos, as disputas de poder. Portanto, apresenta um caráter múltiplo.

O campo de discussão sobre a memória – seja ontológica, metafísica ou epistemológica – apresenta várias abordagens. Segundo Le Goff (2003), a relação dos homens com a memória passou por diversas fases. A primeira seria a memória étnica, que o autor designa como coletiva, das sociedades sem escrita; a segunda seria a passagem da oralidade à escrita, na Antiguidade; a terceira seria o lugar onde a memória adquire uma maior profundidade e fluidez psicológica – esta aconteceu no ocidente medieval, com o Cristianismo; a quarta representa os progressos da memória escrita e figurada desde a Renascença até a Modernidade, chegando até os nossos dias, apoiada, primeiro, pelo surgimento da imprensa, em que passa a configurar-se a diferença entre transmissão oral e escrita.

Acerca do percurso histórico das elaborações sobre a memória, observa-se que, entre os gregos, ela era o acesso ao mundo da tradição. Para Platão e Sócrates, a memória era o fator que possibilitaria o “lembrar”, esse lembrar estava relacionado ao conhecimento de algo

que já estava na mente, ou seja, conhecer era lembrar o já sabido. Havia uma ênfase na ontologia e na metafísica, se o conhecimento não era alcançado, seria pelo esquecimento que era considerado uma falha. Nessa concepção, o tempo não estava associado à memória, essa inserção se daria com Aristóteles. Ele associou a memória ao registro da passagem do tempo, entendido como movimento. Nessa ideia estava também implícito o que era a verdade e o que era o sujeito. Para Aristóteles, a verdade não estava posta, era a síntese, ou seja, o percurso que se fazia para chegar até ela. Como o sujeito não era pensado enquanto espírito ou consciência, a memória era um recurso externo a este. Então para depurar a verdade, Aristóteles estabelece um critério entre o que era reminiscência espontânea e anamnese (provocada) em que, para tanto, entram as técnicas de memorização.

No início da era Medieval no ocidente, segundo Le Goff (2003), a memória se modifica e sofre, especialmente com Santo Agostinho e outros, uma adaptação da retórica antiga, desenvolvendo-se as técnicas de memorização. E, embora o recurso à memória continue a fundar-se na oralidade, intensifica-se a utilização da escrita como seu suporte.

Na Modernidade, acontece uma ruptura na matriz de pensamento com a subjetivação do indivíduo, que tem como expoentes John Locke (1632-1704), René Descartes (1596-1650) e David Hume (1711-1776), sendo que, a partir de suas concepções, retomam-se novos papéis à memória. Nestes autores também estava muito presente o questionamento sobre a validação da verdade e sobre o sujeito. Fazendo um contraponto com Santo Agostinho, para quem o saber vinha pela tradição, Descartes traz o saber por meio da dúvida. Tanto para Descartes quanto para Locke, ambos no século XVII, a validação da verdade não estava no exterior, mas sim no sujeito enquanto possibilidade de dúvida, sujeito esse que não deve ser reduzido a sua condição política. Com sua posição sobre a verdade, Descartes foi um crítico da memória, enquanto depositária da tradição, porém, acaba por introduzi-la na subjetividade, ou seja, o empirismo se apropria desse aspecto e retoma a memória como fator do conhecimento. No século XVIII, David Hume vai além da “teoria da moral” de Hobbes e desloca a moral para o indivíduo, a subjetivação para este é a capacidade de se autocontrolar. Além disso, segundo Chauí (1997, p. 231), a contribuição de Hume,

[...] está em questionar os princípios da metafísica, iniciando nesta uma crise dos seus fundamentos [...] Partindo da teoria do conhecimento opera associando sensações, percepções e impressões recebidas pelos órgãos dos sentidos e retidos pela memória. As idéias nada mais são do que hábitos

mentais de associação de impressões semelhantes ou de impressões sucessivas.

Significa que princípios da metafísica como os de identidade, não-contradição e causalidade, são resultados de hábitos que nossa mente adquire em estabelecer relações de causa e efeito entre percepções e impressões, em que a memória tem papel fundamental. Hume também problematizou a memória não como razão, mas enquanto suporte da razão, para a associação das ideias.

Ainda no século XVIII, Hegel (1770-1831), em seu livro *Fenomenologia do Espírito*, traz a memória como componente da trajetória – história vista como processo – do reconhecimento do espírito da sua totalidade. Em fins do século XIX e começo no século XX, há uma grande transformação nos pensamentos filosófico e científico com o surgimento da chamada área das ciências sociais (Psicologia, História, Sociologia). A construção da memória como conceito da ciência foi trazida por várias dessas abordagens. Entre esses autores destacaremos Durkheim (1858-1917), Freud (1856- 1939) e Bergson (1859-1941).

Para Durkheim, a memória está inserida no debate que permeou a fundação da sociologia enquanto ciência – uma vez que aparecia na busca pelo entendimento do conceito de estrutura – e se faz presente nas convenções estabelecidas pela sociedade, seu pensamento influenciará o pensamento de Maurice Halbwachs. A memória é pensada por Freud como linguagem do inconsciente, ligada à estrutura psíquica por onde podemos acessar o psiquismo e, ao mesmo tempo, é constituidora deste, uma vez que guarda as marcas da repressão social sobre os indivíduos.

Para o filósofo Bergson (*apud* SANTOS, 2003), a memória era o corpo, portadora de várias durações e que nos permite lidar com as contingências. Apontou a existência da memória como hábito, que é o automatismo psíquico adquirido pela repetição, o ato de aprender, distinguindo-a de uma memória pura, que não necessita da repetição para conservar uma lembrança de algo, pois o interesse que temos já é decisivo para conservá-la. Em sua abordagem, há o deslocamento do tema da memória, da Filosofia para as ciências naturais e para a Psicologia. Então, “a teoria bergsoniana pode ser compreendida como sendo uma defesa da memória enquanto intuição humana em contraposição ao avanço das investigações biológicas, que tinham pretensão de reduzir as questões levantadas pelos filósofos sobre a natureza da memória” (SANTOS, 2003, p. 46). A partir dessas abordagens, o conceito de memória foi sendo composto de modo cada vez mais complexo. Em meados do século XX,

Maurice Halbwachs (1877-1945) marca profundamente o debate sobre a memória com o seu trabalho “*A Memória Coletiva*”. O conceito de memória que aparece numa variedade de estudos científicos da atualidade provém deste trabalho. Descreveu o papel desenvolvido pelos quadros sociais nas construções do passado, afirmando que mesmo as memórias individuais são tecidas em conformidade com as memórias dos grupos ao quais fazemos parte. Refletindo a interação social na construção das memórias coletivas, Halbwachs também problematizou a relação polêmica entre a memória e a história, discussão aprofundada por outros autores e imprescindível para este estudo.

Outro autor que defendeu a importância das interações sociais para a memória foi Frederic Charles Bartlett (1886-1969). Contemporâneo de Halbwachs, abordou a memória da perspectiva psicossocial, onde a memória era um atributo do indivíduo que se encontrava num grupo social e se associava à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo. Sendo assim, a memória compunha todas as etapas do pensamento humano. Além disso, segundo Bartlett (1961, *apud* SANTOS, 2003), para que guardemos algo como lembrança, é necessário que tenha sido percebido e faça sentido para nós. No entanto, Bosi (1961) difere de Halbwachs (2006) quanto ao grau do poder dos quadros sociais. Segundo ele, não há determinações das convenções sociais sobre os indivíduos. Assim, para que práticas coletivas exerçam influência sobre os indivíduos, é necessário que estes encontrem significados nessas práticas e as percebam.

O trabalho que possivelmente marcou o campo de estudo do Brasil foi o de Ecleia Bosi (1979), com “*Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*”, no fim da década de 70, em que evidenciou estudos sobre a memória. Sua obra é uma tentativa de aproximação do passado por meio dos depoimentos orais dos sujeitos. Também a contribuição de “*A voz do passado: história oral*”, de Thompson (1998), dentre outros, despertaram o interesse sobre o tema.

2. Memória e História: lugar do conflito?

A princípio, pode-se dizer que História e Memória se relacionam com uma vivência de temporalidade e ao mesmo com a continuidade da experiência humana. Ambas são parte do conhecimento que a humanidade acumulou em sua existência, com o tempo, os saberes e a transmissão desses saberes na vida social. Porém, defini-las como iguais, diluí-las em seu

sentido pode ocorrer num equívoco que em nada contribui para uma discussão sobre um campo teórico.

Para Halbwachs (2006), na primeira metade do século XX, História e Memória se diferenciavam e não podiam se relacionar. Para reforçar essa diferenciação, problematizou o conceito de “memória histórica” junto ao conceito de memória coletiva. Dessa forma, defendia que havia três diferenças básicas entre as duas: o trato com o tempo, sendo que enquanto a memória não delimitava seus limites, a história separava os seus períodos; as memórias coletivas são múltiplas, enquanto a história era uma; a história se interessa pelas diferenças, pelas transformações, enquanto o que sustenta as memórias coletivas são as semelhanças. Nas suas palavras:

Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva na realidade não há linhas de separação claramente traçadas, como na história, mas apenas limites irregulares e incertos. O presente (entendido como o período que se estende por certa duração a interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado como dois períodos históricos vizinhos se distinguem. O passado não existe mais, enquanto para o historiador os dois períodos tem tanta realidade um como o outro. A memória de uma sociedade se estende até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos de que ela se compõe. [...] (HALBWACHS, 2006, p.105).

O autor conclui que a existência de uma memória histórica era inconcebível, uma vez que a história começava quando a memória de um grupo deixava de existir. Além do mais, para Halbwachs, a história é demarcada pela sua exterioridade em relação às memórias e às vivências, tanto dos mais velhos quanto dos mais jovens que estão estudando a história, como assinala Ricoeur (2007, p. 104):

O autor se recoloca na situação de aluno aprendiz da história. Essa situação escolar é típica. Em primeiro lugar, a história é aprendida pela memorização de datas, de fatos, de nomenclaturas, de acontecimentos marcantes, de personagens importantes, de festas a celebrar. É essencialmente, uma narrativa ensinada, cujo quadro de referências é a nação. Nesse estágio da descoberta, ela própria lembrada ulteriormente, a história é percebida, principalmente pelo aluno, como “exterior” e morta. A marca negativa depositada nos fatos evocados consiste em que a criança não pôde testemunhá-los.

Um ponto de vista parecido ao de Halbwachs (2006) é compartilhado pelo historiador Pierre Nora, que também aborda a relação entre a Memória e a História. A partir da

problemática dos lugares, Nora (1993) considera que os locais de memória existem porque não há mais memória, consequência do fenômeno da industrialização e que é aceleração, distância entre a verdadeira memória e a história. Há uma oposição entre a memória e a história. Para Nora (1992), a primeira é a portadora da verdadeira identidade, dinâmica, viva, e a segunda é a reconstrução incompleta do que não existe mais, uma representação do passado. Nessa relação, o criticismo da História destrói a memória. Como exemplo desse processo, usa o próprio surgimento da historiografia francesa como uma necessidade da história de se “emboscar em si mesma” e se livrar da memória.

Ainda com relação aos lugares de memória, Nora afirma que há dois movimentos, um puramente historiográfico da reflexão da história sobre si mesma e outro histórico, o do fim da tradição da memória. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, a sociedade mantém datas, celebrações, etc. Conforme o autor, se “vivêssemos realmente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, p.13 1993).

Por sua vez, também na primeira metade do século XX, refletindo sobre o fenômeno da cultura de massa, Walter Benjamin refletiu sobre as possibilidades da História e da Memória do homem nas ditas sociedades modernas. A História era pensada por este autor como “estrutura da experiência”, em que passado e presente se encontravam constantemente – as duas eram vistas de forma dinâmica. Não é possível conhecer o passado como realmente foi, mas articulá-lo historicamente, “significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224), ou seja, apropriar-se do passado nos momentos de crise social. Essa reminiscência é a memória; a rememoração, o tempo que é vivido na rememoração, não é nem vazio, nem homogêneo, ele apresenta-se, assim como na História, enquanto possibilidade do tempo em “agoras”. Assim, as duas não se separam, uma complementa o entendimento da outra; elas não se encerram, uma vez que há também a ideia de abertura tanto na História quanto na memória, esta última contendo uma “dinâmica ilimitada” da possibilidade de relatar.

A relação entre a História e a Memória, foi discutida por Le Goff (2003) na perspectiva crítica da relação entre documento e monumento. Ou seja, a história baseada em preceitos do positivismo partia da premissa do documento que tinha como objetivo “provar” os fatos do passado, e a memória adotava seus monumentos para “rememorar” os eventos considerados significativos. No entanto, os avanços da historiografia e também da memória

permitiram, uma conceituação que associa documento e monumento, segundo Le Goff (2003, p. 536):

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Desse modo, Le Goff (2003) explicita, através da crítica do documento, o quanto a História também produz memórias, e ao mesmo tempo como a memória participa da criação de um discurso histórico.

Para Arostégui (2004), Memória e História se diferenciam, mas também se aproximam. A memória faz parte da transmissão da experiência humana, é fundamental para essa transmissão, contém o conteúdo psicológico da experiência, ainda que não se confunda com ela. A memória tem seu conteúdo individual subjetivo, mas também está sempre relacionada à prática coletiva. É espontânea, pode ser reinterpretada, como a história, mas não precisa ser posta à prova, como a última.

A memória, para Arostégui (2004), representa um fator importante para a apreensão daquilo que é histórico, sendo também a nossa primeira e permanente experiência com a temporalidade, com o passado, mas também com o presente, à medida que esse passado é rememorado, reinterpretado sempre em função das ações presentes. Além disso, a memória pode se configurar numa importante fonte de estudo para a história, tanto nas transmissões orais quanto escritas:

A memória tem duas funções importantes na apreensão do histórico, [...]. Uma delas é a capacidade de reminiscência das vivências na forma de presente [...] A segunda função destacável deriva de seu papel já não como pressuposto, predisposição ou, se, se prefere, umbral, de do histórico, senão como *suporte mesmo do histórico*, e como veículo de sua transmissão oral [...] (ARÓSTEGUI, 2004, p. 162, tradução nossa).

Em contrapartida, a História é uma “racionalização temporalizada” (TORNAY & VEGA, 2009) da experiência, “um discurso objetivado” (ARÓSTEGUI, 2004) sobre essa

experiência, mediado por um sujeito pesquisador que utiliza uma metodologia. Ela não acontece sem a experiência e ao mesmo tempo é necessária para a significação dessa experiência, é “inseparável da experiência e que, em consequência, a historiografia é ela mesma uma <<ciência da experiência>>” (ARÓSTEGUI, 2004, p. 154).

Por outro lado, Arostégui (2004) as aproxima, sem que percam suas essências. Tomando o argumento segundo o qual a História e a Memória, em suas funções sociais, participem nas lutas pelo poder daquilo que deve ser lembrado ou esquecido e que a luta pela memória não significa necessariamente a luta pela História, o autor aponta que ambas têm duas funções bem próximas que refletem a sua relação com o passado e com as disputas que incluem esse passado nas sociedades:

[...] Mas há na realidade, apesar de tudo isso, um par de extremos em que Memória e História estão sujeitas as mesmas determinações e cumprem de forma paralela uma mesma função. Um é sua significação de batalha contra o esquecimento, o outro é a impossibilidade de ambas de conter em si <<todo o passado>>[...] (ARÓSTEGUI, 2004, p.164, tradução nossa).

Portanto, percebe-se o quanto a Memória e a História têm seus pontos divergentes e convergentes. Ainda assim, as duas não estão isoladas em seus campos, ao contrário, estão sempre próximas nos fenômenos sociais, nas lutas que incorrem na busca pela lembrança ou na tentativa de tornar algo esquecido. Não há História sem Memória, entretanto é importante sempre perceber que ambas têm suas especificidades, ou nas palavras de Júlio Arostégui, “A História tem sua própria autonomia, não coincide necessariamente com a Memória”. (ARÓSTEGUI, 2004, p. 163). Delimitada a atuação da história e da memória, passaremos a tratar da memória histórica associando-a ao saber histórico escolar.

3. Memória histórica e Saber histórico escolar

Pensar numa disciplina escolar ou num saber escolar, remete-nos a todo um âmbito de relações e fatores de ordem científica, política, social, cultural e histórica que se interagem de maneira diversa, contraditória, determinando a constituição desse saber e, por sua vez, a sua inserção na escola e sua institucionalização. Segundo Souza e Galvão (2005, p. 396):

as disciplinas escolares não se estabelecem no currículo escolar de maneira pacífica, conformando-se às orientações oficiais, mas ao contrário, guardam relações conflituosas com as teorizações acadêmicas e as recomendações

oficiais, ora acatando-as, ora resistindo a elas, ora reformando-as ou deformando-as.

Trazendo a reflexão acima para o campo do conhecimento histórico escolar, podemos dizer que a trajetória e a implantação da História como disciplina escolar no Brasil demonstram-se permeadas de conflitos, ou seja, os objetivos a que se propunham, estavam sempre relacionados com os processos históricos do país e também a própria consolidação da História como ciência.

Contudo, esse saber que contribui para a ação do sujeito em sociedade, constituído em grande parte na esfera escolar e é tão complexo, também é perpassado por fatores que extrapolam a escola. Como já apontamos antes, os alunos também são formados em outros espaços, por outros elementos, entre eles, estão os meios de comunicação, que constituem saberes, valores, memórias e também uma relação com a temporalidade. Ainda assim, o passado pesquisado, refletido e sistematizado só é possível no âmbito escolar.

Tomamos o saber histórico escolar, associando-o a categoria de memória histórica uma vez que memórias são construídas a partir do que se ensina na escola. O termo memória histórica foi apresentado por Halbwachs (2006) para problematizar a relação entre a História e a Memória, tentando demonstrar que a ideia de que a história só se inicia quando acaba a memória. Entretanto, os estudos na área da Memória, sobretudo da Memória Social, avançaram muito desde então, fazendo emergir outras posições que se distinguem da que foi proposta por Halbwachs (2006) em relação à memória histórica.

Deste modo, Arostégui (2004) relaciona a memória histórica, primeiro, ao conteúdo de um presente que ele chama de histórico, no qual e em função do qual as memórias sociais, individuais e coletivas são reelaboradas e participam das disputas na sociedade. A memória histórica é o “entrecruzamento” das memórias diretas, vividas pelo indivíduo, com as memórias transmitidas, herdadas ou adquiridas, que são aquelas com as quais não houve vivência direta, mas as vivemos a partir das memórias das gerações anteriores.

Além disso, a memória histórica é imprescindível para a História do presente ou presente histórico, que não pode ser conceitualizado sem a “objetivação da memória”, pois:

[...] a memória na qual se baseia um presente histórico há de ser memória pública,... Essa memória pública que conforma o presente não pode, contudo, prescindir da memória herdada, da continuidade da transmissão histórica. Dessa forma, memórias individuais e coletivas, memórias sociais,

memórias vivas e herdadas, podem adquirir o qualificativo de memória histórica (ARÓSTEGUI, 2004, p. 168, tradução nossa).

Fica clara a complexidade da categoria memória histórica. Percebe-se que ela acaba representando uma síntese de outras memórias, as públicas e as herdadas, o entrecruzamento entre o que foi vivido e o que se transmitiu. Ao mesmo tempo, a memória histórica participa da continuidade da transmissão da experiência e o faz porque está no entremeio, tanto da tentativa de objetivação feita pela História, quanto das disputas pela memória social, na lembrança, no esquecimento que está implícito na mobilização de documentos, de monumentos e dos registros de toda espécie, inclusive os orais.

Sá (2007) compreende a Memória Histórica enquanto uma variante da Memória Social, sendo este um conceito mais abrangente, que agrega outras categorias como: memórias públicas; coletivas; práticas; comuns; geracionais; elas têm essas divisões por uma questão didática, mas podem estar imbricadas umas nas outras nos processos sociais. Porém, para este autor, a questão principal que norteia a memória histórica, diferentemente das outras categorias, é o fato de que por meio dela se pretenda pensar a relação complexa entre a memória e a história.

Um dos princípios norteadores da memória social e que remete à categoria de memória histórica é o que “propõe que memória e pensamento sociais estão intrinsecamente associados e são praticamente indistinguíveis, ou seja, o que é lembrado do passado está sempre mesclado com aquilo que se sabe sobre ele” (SÁ, 2007, p. 291). O que significa dizer que a memória social está também relacionada à História, aos conteúdos pesquisados, mobilizados, legitimados por uma sociedade. A memória histórica consistiria então:

[...] nos mais variados registros e traços do passado – documentos, em sentido amplo – que se encontram virtualmente disponíveis a qualquer membro de uma dada sociedade, em museus e em bibliotecas, sob a forma de monumentos públicos, de manifestações culturais diversas, e assim por diante [...], cabendo falar de memória histórica somente quando tais documentos são de fato mobilizados [...] (SÁ, 2007, p. 293).

Ainda assim, ele qualifica as memórias históricas em “documentais ou orais”, sendo as primeiras os registros “palpáveis”, já citados acima, e as últimas, os relatos que demonstram os processos e as circunstâncias em que as memórias são reconstruídas.

A Memória e a História estão muito próximas visto que ambas fazem parte do processo pelo qual os homens se relacionam com o tempo. A Memória antecede a História; é processo individual e coletivo. A História não vive sem a Memória, mas a Memória social também se alimenta dos conteúdos da historicização. Aí se encontra a categoria de memória histórica, sendo síntese social entre as memórias vividas e as memórias transmitidas ou herdadas, ou a própria utilização dos registros disponíveis numa sociedade e legitimam a lembrança ou o esquecimento.

4. Considerações finais

Considerando a perspectiva apontada anteriormente, tomamos a memória histórica como entrecruzamento das memórias públicas, herdadas, transmitidas, problematizando o saber histórico escolar, relacionando-o à Memória Histórica. Estamos cientes de que o saber histórico escolar e a memória histórica não são a mesma coisa, no entanto, na relação entre o professor e o aluno, além de haver a transmissão dos conhecimentos sistematizados pela ciência histórica, comparece a construção de memórias.

Por outro lado, a construção do conhecimento histórico é mediada por diversos fatores que extrapolam a sala de aula. Entre eles, está a forte interação dos alunos com os meios de comunicação, que, com a sua mensagem imediatista, também participa da construção de memórias, e, ao mesmo tempo, propaga uma visão presentista, uma percepção desconexa entre passado e presente / presente e passado.

Nosso objetivo neste artigo foi expor, mesmo que sinteticamente, dentro do quadro amplo que os estudos em Memória representa, o recorte para o delineamento de um problema de pesquisa que perpassou pela construção do conhecimento histórico na escola, na busca de compreender como os alunos percebem o passado da sociedade em que vivem. Nesse pequeno espaço esperamos ter demonstrado que não é um trabalho simples, dado o seu caráter epistemológico. No entanto torna-se recompensador à medida que viabiliza-nos perceber o enredamento do objeto de pesquisa.

Referencias

AROSTEGUI, Julio. **La Historia vivida**: sobre la historia del presente. Madrid: Alianza editorial, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sergio Paulo Rounet. 7. ed. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática. 1997, p. 229-234.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. (trad). Yara Aun Khoury. In: **Projeto história**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP-Brasil, 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et. al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.130-134.

SÁ, Celso Pereira. **Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial**. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/prc>. Acesso em 07 de outubro de 2009.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SOUZA, Marcílio Jr. GALVÃO, Ana Maria de O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a05v31n3.pdf>. Acesso em: 15. out. 2010.

TOURNAY, María L. VEGA, Natalia. Entre la memoria y la historia: deslindes conceptuales y cuestiones metodológicas. In: ALONSO, L. & FALCHINI, A. (editores). **Memoria e historia del pasado reciente**. Problemas didácticos y disciplinares. Santa Fé-Argentina: UNL, 2009.

Sobre a autora

Professora Assistente de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV – Jacobina. Mestre em Memória, Linguagem e Sociedade pela UESB. Integrante dos Grupos “Memória Geracional, Política Educacional e Trajetórias Sociais” e “GEPEHS”, ambos cadastrados no CNPQ. Trabalha na Área de Estágio Supervisionado em História.

